



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07 DE JULHO DE 2015.**

2 **ATA Nº 06/2.015** - Aos sete dias do mês de julho, do ano de dois mil e
3 quinze, às nove horas e quarenta minutos, no auditório do Sindicato do
4 Fisco de Alagoas – SINDIFISCO, sito na Av. Assis Chateaubriand, 4000,
5 Trapiche, nesta cidade, compareceram à nossa reunião ordinária, conforme
6 lista de presença anexa, os seguintes membros: Srs. José Carlos
7 Castro(MPE/AL), Fernando Teles de Farias(CEDDH), Marcos Sérgio da
8 Silva Ferreira Neto(SINDAF), Emílio Lins(SINDIFISCO), Sérgio
9 Studart(CGU), Luiz Antônio Palmeira Cabral(UFAL), José Fernando
10 Chuy(DPF/AL), Diego Fonseca(APROMAL), Diogo Silva
11 Coutinho(SMCI), e Sras. Lúcia Beltrão(SINDIFISCO), Glácia Pereira
12 Tavares(PEF/SEFAZ), Valéria Bezerra(RFB), Helenice Balbino
13 Silva(SINTEAL), Lúcia Bandeira(SINDIFISCO), Rosa Maria Barros
14 Tenório(TCE) e Edilma de Albuquerque Lins Barbosa(SINMED).
15 Justificaram suas ausências: Srs. Pedro Guido(ISV), José William Gomes
16 da Silva(CGU), Fábio Soares Gomes(IFAL) e Sra. Nadja Lúcia de Oliveira
17 Peixoto(UNEAL). **Item 1 da Pauta: Aprovação da Ata da reunião**
18 **anterior** - Após o conhecimento de seu teor por todos os presentes, esta foi
19 aprovada por unanimidade, sem ressalvas. **Item 2 da Pauta:**
20 **Apresentação de novos integrantes/atualização cadastros** - O Sr.
21 Coordenador procedeu a apresentação dos novos integrantes do Fórum,
22 bem como de alguns colaboradores que se fizeram presentes à reunião,
23 destacando, ainda, a importância de se renovar os convites às entidades
24 citadas na Ata anterior, a exemplo do Departamento Nacional de Auditoria
25 do SUS – DENASUS - SEAUD/AL e ao Conselho Regional de
26 Engenharia e Agronomia de Alagoas CREA/AL - visando suas integrações
27 a este colegiado. **Item 3 da Pauta: Informes – (3.1) – Parlamento Jovem**
28 **Universitário** - A Sra. Valéria Bezerra comunicou a conclusão da etapa de
29 capacitação do programa, que constou de uma série de palestras
30 ministradas por orientadores, autoridades e membros do próprio
31 FOCCO, com excelente aproveitamento. Divulgou, também, a realização de
32 um curso de oratória, visando a preparação dos parlamentares, com vistas
33 às futuras apresentações. Disse, ainda, da importância do projeto, cujo
34 objetivo visa estimular a formação política dos jovens e criar espaços
35 institucionais de interlocução entre a sociedade civil com o legislativo,
36 sensibilizando, mobilizando e qualificando grupos de atores sociais,
37 pretendendo uma atuação cidadã, em prol do zelo contínuo pela oportuna e
38 correta aplicação dos recursos públicos. **(3.2) – Portais de Transparência**
39 **e LAI** – O Sr. Coordenador informou haver mantido contato com o TCE,
40 em reunião da qual, também, fizeram parte os Srs. José William, Marcelo
41 Lobo e Gustavo Henrique, visando o aprimoramento do sistema, tendo em



42vista que em nosso Estado, 18 municípios ainda não se adequaram à Lei da
43Transparência. Os dados, levantados pela Diretoria de Fiscalização
44Municipal, foram apresentados pela Diretora Rosa Tenório e terá como
45resultante a abertura de um Processo de Execução de Obrigação de Fazer,
46envolvendo os Ministérios Públicos Federal e Estadual, contra essas
47administrações. O Sr. Diogo Coutinho, da SMCI, disse da necessidade
48deste Fórum ter conhecimento dos objetivos do Programa “Informa
49Maceió”, idealizado por sua Secretaria, desenvolvido para dar
50cumprimento à Lei de Acesso à Informação, oferecendo ao cidadão a
51possibilidade de buscar, de forma simples, dados sobre quaisquer órgãos
52municipais. Já o Sr. Sérgio Studart, expôs a conveniência de se distinguir
53os propósitos da LAI e do Portal da Transparência: A Lei, disse ele, tem
54entre seus objetivos, o de garantir o acesso a informações, cujo direito
55encontra-se garantido pela Constituição Federal de 1988; enquanto o Portal
56da Transparência partiu da importância da participação dos cidadãos e das
57organizações da sociedade civil na verificação da aplicação dos recursos
58públicos, no combate à corrupção. A Sra. Rosa Tenório ressaltou que o
59TCE tem evoluído, na atual administração, quanto à fiscalização dos
60municípios e, no seu sentir, vem colaborando sobremaneira com a CGU e
61os Ministérios Públicos Estadual e Federal; ao mesmo tempo em que o Sr.
62José Carlos indicou a conveniência do TCE repassar essas informações,
63quanto ao descumprimento da LRF e da LAI ao MPE, para que este venha
64tomar as devidas providências quanto a essas desobediências. **(3.3) –**
65**Participação Programa de Entrevistas** - O Sr. Coordenador apresentou,
66de forma precisa, nossa participação no programa da TV Mar, “Almoçando
67com a Notícia”, conduzido pelo jornalista Geraldo Câmara. O próprio
68Coordenador, Sr. José Carlos, encarregou-se de definir ao ilustre
69apresentador o que representa o FOCCO para a sociedade e seus objetivos.
70Em seguida, de acordo com ordenamento pré estabelecido pelo repórter,
71tiveram a oportunidade de se manifestar, também, sobre as diversas
72atividades do FOCCO, no contexto de suas representatividades, os Srs.
73Tácito Yuri, Pedro Guido, José William, Diego Fonseca, Fernando Teles e
74as Sras. Valéria Bezerra e Nadja Peixoto, representando, respectivamente as
75seguintes instituições: Ministério Público Estadual, Instituto Sílvio Viana,
76Controladoria Regional da União/Al., Associação dos Procuradores de
77Municípios/Al, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos,
78Receita Federal do Brasil e Universidade Estadual de Alagoas. **Item 4 da**
79**Pauta: Explicação sobre a situação fiscal e tributária do Estado** - O
80Sr. Coordenador, após um breve esclarecimento sobre o assunto, solicitou
81aos representantes do SINDIFISCO e do SINDAF a realizarem suas
82apresentações sobre os temas, objeto da agenda. A 1ª a manifestar-se foi a



83Sra. Lúcia Beltrão que afirmou não ter nada a declarar, após a assunção do
84novo governo e que seus comentários se limitariam à administração
85anterior, período em que foram feitas denúncias referentes a diversas
86ilegalidades, inclusive quanto ao descumprimento de várias ações que
87causaram sérios prejuízos ao Estado, devido à queda da arrecadação. Em
88seguida, o Sr. Marcos Sérgio, confirmando as palavras de sua antecessora,
89sugeriu e transferiu a palavra ao Sr. Emílio Lins, que dispo de uma
90vasta e consistente documentação, iniciou sua apresentação, com bastante
91segurança, informando que tudo se iniciara com a derrocada do Produban,
92que teve determinada sua liquidação extrajudicial e, posteriormente,
93entrando em processo de liquidação ordinária, tendo como resultante o
94fechamento de suas agências e pessoas desempregadas, com profundos
95reflexos para a economia do estado e o comércio, em particular, tudo por
96conta da farra em que se transformaram os empréstimos concedidos ao
97setor sucroalcooleiro. Registre-se, aqui, que, de acordo com a lista de
98devedores, 28(vinte e oito) usinas tinham, em 2.002, um débito com a
99instituição, de R\$366.333.170,36. Posteriormente, citou possível
100ilegalidade dos incentivos fiscais concedidos pelo governo do estado,
101ainda, ao setor sucroalcooleiro em Alagoas. Ressaltou, também, parecer
102apresentado por integrantes do Ministério Público de Contas, que apontou
103ilegalidade na regulamentação dos referidos estímulos concedidos aos
104usineiros, face robustos indícios de irregularidades nas concessões do
105crédito presumido, processos de parcelamento e de renúncia do ICMS para
106aquele setor, em 2012, contrariando a legislação que disciplina a matéria,
107com sérios danos ao erário do estado: a perda de mais de R\$52 milhões na
108receita de ICMS. Sobre as supostas denúncias de irregularidades quanto as
109benesses concedidas, faz-se necessário ter conhecimento se essas
110deliberações continuam em vigência no atual governo, afirmou ele, ainda.
111Continuando, informou, também, que em 2.014, contrariando seu forte
112poder econômico e político, os usineiros contribuíram com o pífio (0,2%)
113na arrecadação de ICMS em Alagoas, que corresponde a R\$4.473.862,00,
114do total arrecadado de ICMS de R\$2.977.154,640,00. Seguindo, referiu-se,
115ainda, com a colaboração da Sra. Lúcia Beltrão, sobre uma compensação
116de dívida, não reconhecida pela justiça, através de uma renúncia fiscal
117milionária do governo de Alagoas. Dos fatos: O grupo Nivaldo Jatobá
118entrou com uma ação contra o Departamento de Estradas e Rodagens,
119alegando prejuízo por causa da duplicação da rodovia AL-101/Sul em suas
120terras, sob o argumento de que teriam destruído plantações de cana, entre
121outras coisas em sua propriedade, o que gerou, através de acordo com o
122estado, a redução de uma dívida tributária do grupo, de R\$54.909.978,28
123para cerca de, apenas, R\$ 2 milhões. Foi afirmado, ainda, que nenhum



124técnico da SEFAZ foi consultado sobre o processo e que todo o acordo foi
125firmado por meio dos gabinetes do governador, da PGE e da SEFAZ e que
126o SINDIFISCO confirmou a existência de uma denúncia no MP/AL,
127aguardando os encaminhamentos necessários para a investigação da
128acusação. Ato contínuo, teve início um pequeno debate com a participação
129efetiva dos presentes ao encontro. O Sr. Marcos Sérgio disse da
130necessidade de um profundo estudo desse processo de renúncia fiscal em
131favor do setor sucroalcooleiro; enquanto a Sra. Helenice Balbino, perplexa
132diante do que ouvira, confirmou a necessidade de encontrarmos uma
133fórmula para desconstruirmos essa situação. Já a Sra. Glácia Pereira,
134destacou a importância do FOCCO no processo de integração dos órgãos
135de controle. Ressaltou, ainda, que a SEFAZ, através do Programa de
136Educação Fiscal do Estado está procurando provocar a sociedade civil para
137a necessidade de evoluirmos nesse quesito, através de uma técnica de
138conscientização, tornando-a proativa. Concluiu, comunicando que a
139Prefeitura local está realizando a Semana de Educação Fiscal, com
140idênticos objetivos. Ao mesmo tempo, o Sr. Luiz Antônio fez um breve
141histórico sobre os problemas apontados, citou a importância do trabalho
142apresentado pelo SINDIFISCO, afirmando que a questão dos usineiros é
143antiga e que estes sempre se beneficiaram de uma estrutura com elevados
144prejuízos ao estado. O Sr. Diego Fonseca, no seu sentir, apoiado pelo Sr.
145Fernando Chuy, disse que a par das informações prestadas, seria oportuno
146acionar o Conselho Nacional de Justiça. Já o Sr. Coordenador, admitiu
147verificar como se encontram referidos temas, a nível do Ministério Público
148Estadual e sugeriu dar encaminhamento dessas questões ao Sr. Secretário
149da Fazenda. Resumindo: Feitas as devidas considerações sobre referido
150assunto, ficou decidido que caberá aos órgãos de controle do FOCCO as
151devidas providências para, posteriormente, formular convite ao Sr.
152Secretário antes citado, para esclarecer os problemas aqui discutidos. .

153**Item 5 da Pauta: Discussão sobre providências em relação a processos**
154**e investigações em atraso** – O Sr. José Carlos destacou a conveniência dos
155órgãos de controle do FOCCO, analisarem a possibilidade da tomada de
156providências relacionadas aos entraves existentes sobre o assunto; enquanto
157o Sr. Fernando Chuy afirmou haver um processo de blindagem da parte de
158alguns setores da justiça, com relação a determinadas situações e que este
159Fórum deveria assumir determinadas posições, visando uma solução para o
160problema. Colocado o assunto em discussão, a Sra. Edilma Albuquerque
161disse que poderíamos dispensar esse debate e partirmos para soluções mais
162efetivas. Ponderado, nosso Coordenador concordou com referidas posições,
163mas sugeriu a necessidade de se trabalhar sobre fatos concretos, oferecendo
164a partir daí uma posição do papel do FOCCO à sociedade. O Sr. Jose



165 Carlos informou, também, da existência de ações movidas contra diversos
166 prefeitos, sem serem julgadas pelo Tribunal de Justiça, cuja solução passa
167 por um processo de não enfrentamento com os Srs. Juízes; enquanto o Sr.
168 Diego Fonseca propôs a construção do estabelecimento de metas para
169 auxiliar na redução do estoque dos diversos processos que se encontram no
170 judiciário, através de uma técnica de convencimento. **Item 6 da Pauta:**
171 **Considerações finais** - O Sr. Marcos Sérgio abordou a demanda da
172 extinção dos hospitais psiquiátricos, que devem ser substituídos por alas de
173 atendimentos nos hospitais gerais, seguindo uma política antimanicomial
174 que terá como resultante a ampliação dos CAPS (Centro de Atendimento
175 Psicossocial) 24 horas. Não havendo mais nada a ser discutido, foi
176 encerrada a reunião às 12 horas e 40 minutos, da qual, eu, Fernando Teles
177 de Farias, Secretário Ad hoc, lavrei a presente Ata, que vai, também,
178 assinada pelo Sr. Coordenador e demais membros presentes à reunião.

179

180

181

José Carlos Castro

182

Coordenador.

183

184

Fernando Teles de Farias

185

Secretário Ad hoc.

186

187

Lúcia Beltrão

188

SINDIFISCO

189

190

Marcos Sérgio da Silva Ferreira Neto

191

SINDAF

192

193

Emílio Lins

194

SINDIFISCO

195

196

Glácia Pereira Tavares

197

PEF/SEFAZ-AL

198

199

Valéria Bezerra

200

RFB

201

202

Helenice Albino Silva

203

SINTEAL

204

205

Sérgio Studart



206
207
208
209
210
211
212
213

214

215

216

217

CGU